

# **TENDÊNCIAS NEOLIBERAIS NA MODERNIDADE A PARTIR DE UM RESGATE HISTÓRICO CRÍTICO**

## ***NEOLIBERAL TRENDS IN MODERN FROM A RESCUE STORY CRITIC***

**Nathalie de Paula Carvalho<sup>1</sup>**

**Orides Mezzaroba<sup>2</sup>**

### **Resumo:**

A presente pesquisa propõe um apanhado histórico crítico sobre a evolução do sistema econômico que culminou com a implementação do neoliberalismo, com o intuito de demonstrar que os críticos mais atentos ao sistema afirmam que a economia neoliberal beneficia, principalmente, as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais, mas não somente. Prega-se a liberdade de iniciativa e empreendimentos. Trata-se, porém, de uma “liberdade vigiada”, na medida em que o caráter absoluto dos direitos, sejam de quaisquer espécies, não se mostra como uma característica dominante. Pelo contrário, excludente em sua essência, principalmente para uma sociedade pretensamente democrática. É o que será demonstrado no transcorrer das próximas laudas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Neoliberalismo. Liberdade.

### **Abstract:**

This research proposes a critical historical overview on the evolution of the economic system that led to the implementation of neoliberalism in order to demonstrate that the most attentive critics claim the system that neoliberal economy benefits mainly the major economic powers and companies multinationals, but not only. Fold up the freedom of initiative and enterprise. It is, however, a "probation" to the extent that the absoluteness of rights, of any species are not shown as a dominant feature. On the contrary, exclusionary in its essence, especially for a supposedly democratic society. It is what will be shown in the course of the next pages.

Keywords: Development. Neoliberalism. Freedom.

## **INTRODUÇÃO**

A globalização é um processo não pede licença. Nem precisaria. Por conta disso, será mais dispendioso para alguns, mas, com o tempo, as vantagens surgirão para a maioria. Lembra também que se trata de um dado da realidade, de modo a exigir uma visão estratégica que preveja os custos e benefícios dos seus resultados.

Importante salientar a diferença entre os modos de desenvolvimento – o industrialismo e o informacionalismo – e os modos de produção – capitalismo e socialismo (ou estatismo). O chamado pós-industrialismo é o palco da tecnologia da

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Direito pela UFSC. Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Graduada em Direito pela UNIFOR.

<sup>2</sup> Professor Associado em Dedicção Exclusiva nos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Santa Catarina.

informação. Poderia ser considerada uma reestruturação do sistema capitalista? Análises mais direcionadas para a era da informação apontam para uma resposta afirmativa.

Surge uma nova ordem estrutural social, ordenada pelo modo de desenvolvimento do informacionalismo. As relações sociais – produção (relações entre as classes), experiência (históricas, familiares) e poder (institucionalização da representatividade estatal) – ganham robustez no que se relaciona com a complexa rede de comunicações que conecta o mundo.

Formam-se as culturas e as identidades coletivas, por meio de uma comunicação por vezes simbólica entre os seres humanos, promovendo o relacionamento destes com a natureza e, principalmente, com o fator tecnologia. Alia-se o conhecimento à informação.

Tem-se um princípio de desempenho estruturante, calcado no industrialismo – crescimento da economia e maximização da produção – e o informacionalismo – desenvolvimento tecnológico, acumulação de conhecimentos, níveis de complexidade do processamento da informação. Seria uma “perestroyka capitalista” para Manuel Castells (2007).

O Neoliberalismo consiste em um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a mínima participação estatal nos rumos da economia de um país: “para manter os lucros, o capital precisa estar constantemente explorando novos mercados”. (HELD, MCGREW, 2001, p.16). Não se deve olvidar o palco em que desfila a sociedade da informação: uma economia de mercado.

## 1 DO LIBERALISMO CLÁSSICO AO (NEO)LIBERALISMO: UMA EVOLUÇÃO OU UMA TRANSIÇÃO?

Os conceitos – incompletos e transitórios – são apresentados ao longo da História como propostas de definição – muitas vezes parcial – dos mais variados fenômenos verificados, carregando em seu âmago as orientações pessoais e/ou doutrinárias dos seus criadores. Logo, quando se faz o teste (refutações) das teorias propostas, inicia-se o processo conhecido por dialética: a tese (proposição conceitual), a antítese (as refutações) e a síntese (a conclusão do processo de conhecimento que culmina em afastar, confirmar – total ou parcialmente – ou reformar a teoria): “um elemento no mecanismo através do qual a mente humana aprende a partir do passado faz com que acreditemos em soluções definitivas – mas sem considerar que aqueles que nos precederam também pensaram que tinham soluções definitivas”. (TALEB, 2012,

p.249). Encontra-se, albergado pela epistemologia, uma espécie de barreira mental que investiga esta relação entre o futuro, o que ainda não foi investigado e o que já foi rotulado pelos investigadores.

Com o Liberalismo não poderia ser diferente. Esgotar, em palavras, qual seu real significado seria uma tarefa humanamente impossível, principalmente pela transitoriedade do conhecimento científico. O que se propõe desde o início desta pesquisa é uma análise objetiva, que busca, dentro das limitações, afastar esta tentativa ensandecida de ressuscitar o que, de fato, nunca existiu: o marxismo.

Trabalha-se com 4 (quatro) vertentes de Marx: o *Marx econômico*, o *Marx historiador*, o *Marx sociólogo* e o *Marx filósofo*. Sem descer a detalhes, interessa a esta fase da pesquisa enaltecer 2 teses fundamentais do Marx econômico, a saber: o primado do poder econômico sobre o poder político e a previsão de que por meio do mercado tudo pode se tornar mercadoria, donde a chegada inevitável à sociedade da mercadorização universal.

Correntes como o “neomarxismo”<sup>3</sup> ou “pós-marxismo” surgem com o intento de demonstrar uma utopia que já muito já se demonstrou impossível de implementação na realidade mundial. O apego fanático e cego aos conceitos que foram inicialmente projetados por Karl Marx já não são mais passíveis de aplicação na realidade pós-moderna. “Essa moralidade intrínseca do capitalismo não basta para condená-lo. Primeiro porque sua amoralidade é a amoralidade, em geral, da economia, de que não podemos nos privar. Depois porque, que eu saiba, não temos mais um modelo alternativo credível para opor ao capitalismo”. (COMTE-SPONVILLE, 2011, p.79).

Em que pese esta constatação ser de uma clareza solar, os discursos inflamados e ingênuos ainda fazem ecoar suas vozes, resta mais um alerta, mas ressalte-se que não se trata de “uma razão para jogar Marx no lixo”. (COMTE-SPONVILLE, 2011, p.82). o

---

<sup>3</sup> Pode-se afirmar que o neomarxismo comporta, em regra, teóricos de origem esquerdista. Aceitam o essencial do leninismo político e rejeitam o materialismo dialético. Seu principal objetivo é alargar o marxismo a outras correntes de pensamento, possuindo variantes, a depender do país a ser analisado. A vertente italiana, orientada por Gramsci, defende o entendimento de que a sociedade civil sofre o domínio das super-estruturas culturais e ideológicas, considerando-se que nesta, enquanto conjunto dos organismos privados, reina a hegemonia, como o predomínio ideológico, dos valores e normas burguesas, já no Estado, dá-se a dominação direta, com identificação entre Estado e Governo. Louis Althusser, Gyorgy Lukács (1885-1972), Ernst Bloch (1885-1977), Karl Korsch (1896-1961) e Antonio Gramsci (1891-1937) são alguns nomes relacionados ao neomarxismo.

que precisa ser verificado é que sua visão do comunismo é, no mínimo, obsoleta. Por outro lado, sua análise do capitalismo é elucidativa e esclarecedora, mas frise-se que esta não é uma razão para se adorá-lo, na medida em que mais vale pensá-lo na sua verdade.

É preciso aceitar e adequar-se a este cenário imposto e dominado pelo liberalismo econômico, com todas as suas qualidades e defeitos. Não há outra alternativa. Contraditoriamente, o próprio exaurimento do modelo iluminista-cientificista de explicação da realidade, denunciado, por exemplo, pela Teoria Crítica Social (Escola de Frankfurt)<sup>4</sup>, já pressentiu que todos os modelos e mecanismos criados para a nova compreensão da realidade são novos modelos e novos mecanismos. Assim, ganhando novos e adequados nomes.

## 2 O CENÁRIO ECONÔMICO MOLDADO PELO NEOLIBERALISMO

De uma maneira ou de outra, qualquer indivíduo se insere num processo econômico (quando compra, vende, troca, empresta, aluga, doa, recebe, enfim, quando realiza qualquer negociação sobre algum objeto). A propósito disso, os processos econômicos do mundo contemporâneo não se restringem a limites territoriais e, portanto, qualquer indivíduo de hoje é um ator econômico integrado à economia de todo o planeta. Assim, a repercussão de um ato negocial, por mais simples que pareça, já não se exaure num encadeamento de eventos simples.

Nas palavras elucidativas de Peter Berger e Thomas Luckmann (1996, p. 45), a estrutura temporal da vida cotidiana é extremamente complexa, porque os diferentes níveis de temporalidade, empiricamente presentes, devem ser continuamente correlacionados. Assim também considerava Keynes (CARDOSO; LIMA, *on line*, 2013), afirmando que “as consequências não devem ser o meio pelo qual se julga o valor de determinada ação, mesmo porque o caráter infinito delas impede que se infira com certeza qual será o seu resultado final”.

Os contornos conferidos ao fenômeno da complexidade (um esforço intelectual ambicioso), recentemente aplicada à economia, pregam que as ações individuais promovem consequências não intencionais como resultado de um processo de auto-organização, permitindo o funcionamento do sistema.

---

<sup>4</sup> Theodor Wiesengrund-Adorno, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Karl-Otto Apel, Walter Benjamin, Axel Honneth, Max Horkheimer, dentre outros autores, são representantes da Escola de Frankfurt.

Em verdade, uma vez que a abordagem da complexidade representa um esforço intelectual ambicioso de análise e compreensão do funcionamento de sistemas altamente organizados, porém descentralizados e compostos de um número muito grande de componentes individuais, heterogêneos, a própria noção de componente representativo é insuficiente.

Com a adoção espontânea das práticas neoliberais ou com a imposição delas, por intermédio das economias centrais do capitalismo, todas as estruturas econômicas do mundo se imbricaram de uma tal forma, a não existir mais empresas de um país apenas, ou bolsas de valores de uma comunidade econômica isoladas e, enfim, indivíduos que não atingidos com o influxo da macroeconomia mundial em seu cotidiano.

Propõe-se duas abordagens para a definição de capitalismo: uma Descritiva e estrutural, pela qual o capitalismo é um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e de troca, na liberdade do mercado e no trabalho assalariado. (COMTE-SPONVILLE, 2011, p.83); e outra de cunho funcional: o capitalismo é um sistema econômico que serve para produzir, com riqueza, mais riqueza. (COMTE-SPONVILLE, 2011, p.85).

E, nessa mesma esteira da História, corria em paralelo o *socialismo*, que não mais procura se estabelecer, pelo menos da maneira como esquematizada por Karl Marx, tendo em vista que, até aqui, estas experiências nunca refletiram, categórica e razoavelmente, os ideias do movimento socialista científico, descendo sempre a totalitarismos.

A postura de conceituar o mundo do ponto de vista do capital trouxe algo essencial que estava ausente de sua descrição da ordem sociorreprodutiva estabelecida sem o qual esta não poderia de forma alguma ser sustentada sobre uma base duradoura, e muito menos estar qualificada como a primeira e única forma de produção sociometabólica da humanidade, já que a declararam ser: “a partir de uma impressionante – ainda que misteriosa – reconsideração, eles introduziram as ideias da ‘mão invisível’ de Adam Smith, do ‘espírito comercial’ de Kant e da ‘astúcia da razão’ de Hegel. (MÉSZÁROS, 2009, p.115).

O desafio que se lançou, neste caso, foi às novas formas de organização econômica (e social), para encontrar falhas num capitalismo que se fluidifica de acordo com as necessidades de cada momento e utiliza todos os instrumentos possíveis para continuar prevalecendo. É uma realidade patente, pois:

Digamos que o capitalismo, apesar dos seus desacertos, apesar de suas injustiças, que são incontáveis, desfruta de uma espécie de quase monopólio ideológico. É um ‘presente de grego’: ao mesmo tempo em que perde seu adversário histórico (o comunismo), o capitalismo também perde a espécie de justificativa negativa que esse adversário lhe oferecia como que de bandeja. Assim, o ‘triumfo’ do capitalismo é contrabalanceado por seu desconcerto. Surge a desconfiança de que ele venceu por nada. Para que vencer; quando não se sabe por que viver? O capitalismo não se coloca essa questão. É, em parte, o que lhe dá força: ele não precisa de sentido para funcionar. Mas os indivíduos, sim. Mas as civilizações, sim. O ocidente tem ainda alguma coisa a propor ao mundo? Acredita o bastante em seus próprios valores para defendê-los? Ou, incapaz de praticá-los, não sabe fazer outra coisa que produzir e consumir – que fazer negócios, à espera da morte? As sociedades têm horror ao vazio. Perdendo essa justificativa negativa que seu adversário lhe oferecia como que de bandeja, nossa sociedade é obrigada a procurar outra justificativa, que tem de ser desta vez – na ausência de uma alternativa digna de crédito – uma justificativa positiva, que ela só pode encontrar em seu seio, entre certo número de valores, de ideais, em suma, entre certa moral. (COMTE-SPONVILLE, 2011, p.34-35).

Em meados dos séculos XVIII, o liberalismo clássico contava com um suporte ideológico de que a economia conseguiria, através da liberdade de se auto-regular, o enriquecimento de todas as nações. Dessa forma, o liberalismo econômico<sup>5</sup>, que dominou os séculos XVIII e XIX, com ideias de prosperidade econômica e acumulação de riquezas sem regulação estatal, fora substituído, gradualmente, nos séculos XX e XXI, por um neoliberalismo<sup>6</sup>. Desta vez, um movimento que tem como ideário não ter ideário definido e, assim, adaptar-se a todos os sistemas internos de cada região do planeta.

O caráter geral do Estado na era neoliberal é de difícil descrição por duas razões específicas: (1) tornam-se rapidamente evidentes desvios do modelo da teoria neoliberal, não se podendo atribuir todos eles às contradições internas já esboçadas; e (2) a dinâmica evolutiva da neoliberalização tem agido de modo a forçar adaptações que variam muito de lugar e de época para época. Diante destas constatações, “toda alternativa de extrair alguma configuração geral de um Estado neoliberal típico a partir

---

<sup>5</sup> O economista fisiocrata francês François Quesnay, o também fisiocrata, autor da célebre frase “laissez-faire, laissez-passer”, Vincent de Gournay e seu discípulo, o escocês Adam Smith, são referenciais da Escola do Liberalismo clássico.

<sup>6</sup> Leituras voltadas à compreensão do *neoliberalismo* apontam para Friedrich Hayek, Milton Friedman, Alan Greenspan e Joseph Schumpeter, como autores essenciais.

dessa geografia histórica instável e volátil parece ser tarefa insana”. (HARVEY, 2005, p.80).

Contudo, hoje, o novo liberalismo não precisa de promessas: trabalha adequando-se a metas e possibilidades. É o interesse de crescimento de cada concorrente do sistema que fica, constantemente, em ação. Constatamos que todos os antagonismos de interesses correspondem, na verdade, aos anseios das pessoas em sua condição de investidoras, de consumidoras e, no lado oposto da guerra hermenêutica, os almejos dessas mesmas pessoas, em sua condição de cidadãs.

A técnica mais segura de se imaginar um futuro possível é percebendo – ainda que ligeiramente – o desenrolar do fenômeno *neoliberal* até o presente, dentro de um sistema de mercado redesenhado. De modo que se volta a pesquisa, neste momento, a um apanhado histórico, breve mas que se acredita produtivo, a fim de se perquirir algumas causas para problemas que despontaram nos dias atuais.

### 3 UM RESGATE HISTÓRICO

A história econômica americana é impressionantemente rápida, quanto à sua evolução. Mas, evidentemente, nenhum fenômeno inicia com arroubos difusos: há sempre fatores que convergem para que se implemente. Essa segurança, combinada com uma educação protestantista dos colonos fundadores (que já eram pequenos comerciantes, quando aportaram em solo americano, advindos, de regra, da Grã-Bretanha) favoreceu a cultura da livre iniciativa e da criatividade. Isto é, o tino empresarial já era elemento de sobrevivência desde os primeiros colonizadores.

Com algumas gerações passadas, o século XVIII foi consolidando pequenos empreendimentos, criando as veredas para o capitalismo de face mais dinâmica, que somente despertaria no século XIX. E tal século terminara como o período de nascimento de grandes gênios empresariais, que inscreveram, para sempre, seus nomes como canalizadores de ideias revolucionárias. As personalidades de John Pierpont Morgan, Andrew Carnegie, John Rockefeller e Henry Ford<sup>7</sup>, por exemplo, foram decisivas.

Morgan, filho de um banqueiro que vendia ações de ferrovias, engendrou uma fusão entre empresas ferroviárias, convertendo-se em rico financista (proprietário da

---

<sup>7</sup>Cf. REICH, Robert B. **Supercapitalismo. Como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano.** Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008, p. 14-25.

J.P. Morgan & Sons, hoje Morgan Stanley). Andrew Carnegie, que começou como funcionário de uma empresa telefônica, ascendeu à presidência da Pennsylvania Railroad, e então, diversificando o negócio, para começar a comprar e a elaborar a própria matéria-prima utilizada nas ferrovias, tornou-se magnata do aço (Carnegie Steel).

John Davison Rockefeller, que iniciou a carreira como guarda-livros em Cleveland, adquiriu sua primeira refinaria de petróleo em 1862, daí em diante, com uma argúcia comercial incomum, chegou a monopolizar o mercado de petróleo na década de 1890, com a Standart Oil Company (ancestral da hoje Exxon-Mobil). Foi também criador do Banco Chase Manhattan.

Henry Ford, com descomunal capacidade inventiva, tornou-se dono de 161 patentes de criações. Revolucionou a ciência da administração, tendo criado o modelo de linhas de produção em série. Além do que, praticamente, recriou a indústria de transportes, através do primeiro automóvel (Ford T). Aliás, não apenas Ford, mas milhares de outros inventores foram acelerando a embrionária história do século XX.

Foi com o financiamento desses e de outros empreendedores que se desencadeou essa torrente de invenções. Com elas, os custos se diluíram na produção em série, reduzindo os preços. Os volumes de fabricação multiplicaram-se por vinte, as redes de ferrovias e de telégrafo se expandiram, os meios de transporte e comunicação rápidos e confiáveis começaram a trazer matérias-primas de todo o território nacional e a levar produtos manufaturados.

De maneira gradual, a originalidade e o poder de investimento daqueles homens referidos foi lhes recompensando com poder econômico. Suas empresas se tornaram gigantes, porém, num mercado que crescia às cegas. A propósito, essa omissão é governamental, visto que, à época, a democracia era demais incipiente, para permitir que houvesse consciência cidadã a respeito da responsabilidade das empresas.

Ora, os indivíduos dos fins do séc. XIX, início do séc. XX, mal sabiam das suas próprias responsabilidades quando inseridos no sistema social e político, ou sua importância, no âmbito econômico.

Foi nessa toada que houve, por certo, um alto nível de prosperidade financeira, porém, em processo concomitante, e em consequência da industrialização aquecida, houve fábricas desumanas (com exploração do trabalho feminino e infantil), condições inseguras de trabalho e moradia, ambiente laboral inóspito e, particularmente, houve monopolização de parcelas do mercado, como se disse em relação a John D. Rockefeller.

Nesse período, milhares de pessoas migraram das fazendas para as fábricas. De 1870 a 1920, a população das cidades tornou-se dez vezes maior. Da mesma forma como a Revolução Industrial inglesa, a industrialização americana se aperfeiçoou, todavia, trazendo consigo as contradições inerentes ao capitalismo. A diferença é que os Estados Unidos não tardaram a começaram a vasculhar o globo em busca de mercados, por já conhecer o modelo inglês, alguns anos anterior. Nesse instante histórico, adentra o léxico político e comercial mundial o termo “imperialismo”.

Cumpra o ressaltado que o economista inglês J.A. Hobson previu que o desfecho desse processo seria a guerra, em conta de que não haveria mercado suficiente para tantas vendas. Mesmo o mundo inteiro não seria o bastante, para todas as economias que extrapolavam seus limites nacionais, o que se percebe, inclusive, pelas empresas fundadas nesse momento. Antes do início da I Guerra Mundial, a indústria americana consolidara iniciativas gigantes, v.g., Kodak, Johnson & Johnson, Coca-cola, Avon, Goodyear, Ford, IBM, Time Warner, Boeing etc.

Como se depreende, a miséria urbana, os salários de fome, as longas jornadas, a exploração do trabalho, o agravamento da desigualdade, a decadência das pequenas cidades, o maciço êxodo rural, começaram a exigir atitudes dos governos, visto que poucos empresários se preocupavam com filantropia. Theodor Roosevelt (presidente americano de 1901-1909) chegou a execrar as corporações gigantes como “malfeitores de grande riqueza”. Com a insustentabilidade da situação, começaram a se desmembrar os grandes grupos econômicos, em unidades menores, especialmente através do Judiciário.

Em 1909, Herbert Croly, jovem político e estudioso, propõe em seu livro *The Promise of American Life*, a regulação das empresas. Surgem as primeiras agências reguladoras: *Interstate Commerce Commission* (ICC); *Civil Aeronautics Board*; *Federal Communications Commission*; *Federal Power Commission*; *Securities and Exchange Commission*; *Farm Bureau*; *Federal Marine Commission* etc.

Com a regulação da economia, antes uma forma de trazer eficiência e de controlar os monopólios que poderiam se formar em cada setor, do que um meio de trazer prejuízo às empresas, as estatísticas continuaram crescendo. Logicamente, houve pequenas depressões econômicas, todavia nenhum abalo ao rumo triunfante de ascensão das companhias que haviam se formado. A essa altura, os Executivos das empresas começaram a ganhar notoriedade, um apelo público tão forte que começaram a se considerar *estadistas empresariais*.

Quando, então, na Europa, a partir de acontecimentos localizados, sucede a Primeira Guerra Mundial. O conflito, desse modo, longe de ser negativo para os Estados Unidos, representou enfraquecimento para a Europa, inclusive com enorme perda populacional, fazendo com que o centro das finanças mundiais se estabelecesse, definitivamente, nos Estados Unidos, saindo de Londres a ainda inexperiente Nova Iorque.

Depois de uma década de constante crescimento (1918-1928), o chamado *american way of life* sucumbiu à crise de 1929. Um grave encilhamento econômico, que quebrara a normalidade das negociações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, fazendo com que, de um momento para outro, todos os acionistas estivessem dispostos a vender e não havia mais compras. Centenas de empresas faliram.

Não obstante, o governo de Franklin Delano Roosevelt (presidente americano de 1933-1945), adotando as políticas econômicas ditadas por John Maynard Keynes, envidou sequências de gastos públicos (*New Deal*), que finalmente soergueram a economia. Nesse momento histórico, o Brasil, que poderia ter se aproveitado para despontar como potência mundial, recuara. Apesar do que, nesse período, coincidiu o desenvolvimento da América Latina, impulsionado pela substituição de importações, decorrente da crise de 1929. (FURTADO, 2003). Com a recuperação econômica revitalizando os índices das Bolsas de Valores, os Estados Unidos se preparavam, agora, para financiar novo conflito mundial: a Segunda Guerra Mundial. E o empreendimento, de novo, fora bem-sucedido.

A revista *Fortune*, de 1953, anunciava, com estardalhaço peculiar: “as imensas empresas de capital aberto se tornaram o fenômeno mais importante do capitalismo”. Referia-se aos lucros astronômicos que tais empresas auferiram, como saldo dos pós-guerras.

No início de 1960, inicia-se abertamente o que Celso Furtado expôs como conflito político já anunciado desde a Segunda Guerra, a Guerra Fria, entre EUA e URSS. No período, os Estados Unidos eram responsáveis por 60% da produção dos 7 maiores países capitalistas, o que equivale dizer a quase 60% de toda a produção mundial.

Mas a União Soviética, com influência sobre todas as economias próximas, fortaleceu-se a ponto de brigar em condições semelhantes. Para Istvan Mezáros (2009, p. 107), “a raiz do neoliberalismo agressivo está na perigosa diminuição do intervalo entre a desatravancada expansão do capital e o crescimento de amortecedores de

conflitos, o que leva o sistema a ter cada vez menos capacidade para gerir, sem aventureirismo destrutivo, seus principais problemas estruturais, sem haver oposição dos sindicatos anteriormente reformistas, hoje ao lado do capital neoliberal”.

A partir da década de 1960, com os primeiros impulsos da Guerra sem trincheiras com a União Soviética, a economia norte-americana determinou-se a mostrar resultados, a exercer sua força, interna e externamente. Os salários e os benefícios da força de trabalho passaram a aumentar cerca de 3% a cada ano, numa crescente até os fins da década de 1970. A renda das famílias dobrou em 15 anos, quando mais da metade delas se enquadravam, agora, numa classe média. Destacava-se, nesse mesmo período, a força dos sindicatos, que podiam negociar com altivez com os empresários.

Com tais desdobramentos da economia, o governo mantinha, em paralelo, uma preocupação oficial dos Estados Unidos da América com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que servia de justificativa para investimentos públicos em grande escala. Dwight Eisenhower (presidente americano de 1953 a 1961), por exemplo, sob pretexto da defesa nacional, criou leis de educação, interligou as estradas do país inteiro e estimulou a produtividade de vários setores estratégicos, como a comunicação e o comércio.

A indústria bélica e aeroespacial pesquisou produtos que, posteriormente, teriam aplicação em diversos ramos. A política externa americana criou oportunidades para as maiores empresas, em todo o mundo. A *Central Intelligence Agency* (CIA), coincidentemente, descobria complôs comunistas nas regiões em que os oligopólios empresariais desejavam garantir seu abastecimento de recursos naturais e de mercados.

As maiores empresas planejavam e executavam a produção, fixavam preços e distribuíaam os lucros entre reinvestimentos, executivos e trabalhadores. As agências reguladoras estabeleciam serviços quase uniformes ao mercado. O governo tributava com elevadas alíquotas as pessoas e empresas mais ricas, destinando os recursos à Guerra Fria.

Enquanto isso, o nacionalismo se exacerbava, numa suposta e constante luta contra o inimigo (considerado exótico, por conta da ideologia contrária adotada). Eis a razão desse período da história estadunidense ser considerado o apogeu de seu *capitalismo democrático*.

Subjacentes, no entanto, preocupantes questões sociais, como o racismo, a exclusão feminina, o compassado declínio moral da sociedade, o fim das pequenas comunidades locais e o início da invasão econômica na política, fizeram com que autores como Robert Reich (2008, p. 28-88) não denominem o período como *Era de Ouro*, mas sim *Era de Ouro Não Tão Dourada*. Contudo, o que “não é tão dourado” para os americanos poderia ser o paraíso, no caso brasileiro, quando se traça um brusco paralelo do período.

A instabilidade econômica (inflação, principalmente) vivenciada no curto governo Jânio Quadros (1960-1961) e, posteriormente, a esquerda nacional representada pelo tumultuado governo João Goulart (1961-1964) compuseram o quadro que permitiu o acesso dos militares ao poder. Em plano arquitetado pelo então Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, desde o governo Costa e Silva (1967-1969) até o governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o Brasil permitiu investimentos estrangeiros no país, abrindo-se à industrialização definitiva e à financeirização de seus capitais, no mercado global. O processo ficou conhecido como o *milagre econômico brasileiro*.

Portanto, um típico modelo de *capitalismo autoritário*, mas que, curiosamente, fora em grande parte financiado pela diplomacia e pelas empresas americanas, todos no auge do *capitalismo democrático*. Não passava de um plano de dominação.

#### 4 AS LEIS (IN)FALÍVEIS DO MERCADO

Dizer que o mercado é temperamental, é receoso, é apreensivo, é seguro ou está adormecido, ou, ainda, que a corporação é agressiva, é corruptível, é (ir)responsável, é engajada politicamente, é atribuir uma existência humana a empreendimentos. Haja vista que, “a força motriz desses processos econômicos é a ‘lógica de poder capitalista’, ou seja, a lógica na qual o controle do capital econômico constitui a base da busca de poder. A fusão desses componentes é sempre problemática e muitas vezes contraditória (ou seja, dialética)”. (ARRIGHI, 2008, p. 222).

A manifestação objetiva do mercado ou de uma empresa é um dado fático, inegável, muito embora não se possa querer qualificá-los como seres filosoficamente autoconscientes. A responsabilidade é sempre dos indivíduos: dos cidadãos, dos consumidores e dos acionistas. Os economistas partem do pressuposto de que os mercados não afetam nem comprometem os bens que regulam e os mercados deixam suas marcas nas normas sociais. (SANDEL, 2012, p.65), porque:

Markets are institutions that exist to facilitate Exchange, that is, they exist in order to reduce the cost of carrying out exchange transactions. In a economic theory which assumes that transaction costs are nonexistent, markets have no function to perform and it seems perfectly reasonable to develop the theory of exchange by an elaborate analysis of individuals exchanging nuts for apples on the edge of the forest or some similar fanciful example<sup>8</sup>. (COASE, 1990, p.08).

A economia está fincada em quatro palavras que, juntas, tornam possível o desenvolvimento econômico: progresso, estabilidade, liberdade e eficiência. Este é o arcabouço estrutural que promove possibilidades de recrudescimento de uma sociedade. E a pergunta que logo surge seria como implementar esta meta e a resposta são as políticas econômicas, com as seguintes elementos: a existência de dados econômicos (variáveis que serão objetos de consideração por parte do formulador de política econômica) e de fenômenos econômicos (campo do mercado, onde a presença estatal se faz notar apenas no arcabouço legal).

Ladeando este esquema, encontram-se as políticas fiscal, cambial, monetária, o controle direto e a adaptação institucional, instrumentos que estão a serviço do Estado para participar e por vezes manipular o comportamento do mercado. “É através da política econômica que o Poder Executivo vai imprimir seu ritmo à economia. Assim o fará pela incapacidade do mercado de corrigir por si só suas próprias distorções, como ficou evidente no transcorrer do modelo liberal”. (SADDI, 1997, p.25).

Ainda cabe mencionar a importância da moeda neste contexto, haja vista que suas principais funções são (i) desempenhar os papéis de intermediação de trocas, facilitando seu processo de distribuição, (ii) oferecer uma referência de valor, ao criar uma unidade padrão de medida, que abaliza e referencia todos os outros produtos, bens e serviços de uma dada economia e permite estabelecer uma escala comparativa, (iii) apontar uma determinação comum de valores, (iv) ser uma espécie de reserva de valor, tendo a função alternativa e preservar riqueza, o que Keynes chamava de “liquidez por excelência”, ou seja, a moeda ter curso forçado é prontamente transformada em bens e serviços, (v) ser um meio de poder liberatório ou curso forçado, pois, como nenhum outro ativo, a moeda possui o poder de saldar débitos, liquidar dívidas, livrar o devedor de sua posição passiva, forçar-se como aceitação em pagamento e (vi) fornecer um

---

<sup>8</sup> Os mercados são instituições que existem para facilitar a troca, isto é, existem de modo a reduzir o custo da realização das transações de troca. Em uma teoria econômica que assume que os custos de transação são inexistentes, os mercados não têm função para executar e parece perfeitamente razoável para desenvolver a teoria da troca por uma análise elaborada de indivíduos que trocam nozes por maçãs na borda da floresta ou algum exemplo fantasioso semelhante. (tradução livre).

padrão de pagamentos diferidos: aqueles compromissos creditícios cuja purgação se dá ao longo do tempo.

Deve-se ainda recordar o papel das instituições financeiras, que foram, no século recém-findo, as grandes responsáveis por modificações no mercado. O chamado capitalismo financeiro transformou os bancos em grandes agentes econômicos e “a maturidade e a evolução do sistema criado pelos próprios bancos fizeram com que eles tivessem que modificar suas estruturas de modo a acompanhar as necessidades do mercado”. (CAMINHA, 2007, p.05).

As vantagens mais imediatas são a facilitação do crédito<sup>9</sup> e distribuição do tempo, principalmente, para o efetivo pagamento que foi antecipado, haja vista que “o dinheiro tem, assim, a propriedade comunicacional de reduzir complexidades sem que, no sistema, o conjunto de possibilidades seja diminuído: ao contrário, o conjunto tende a crescer o dinheiro, como meio de comunicação, tende a aumentar a liberdade de escolha dos outros”. (FERRAZ JÚNIOR; MAGLIANO FILHO, 1992, p.09).

Complementando:

O mercado é uma estrutura de formação de valores, mas também de significados, com os quais os indivíduos buscam atender a seus interesses específicos. O mercado atende às trocas relacionais e, implicitamente, envolve a própria noção de comunidade. Sem mercado, não há trocas e, sem trocas, a economia não se desenvolve e o direito é muito menos impositivo, já que cada um apenas sobrevive e produz para si – o que simplesmente não existe hoje. O foco da economia de mercado é a natureza e a consequência do processo de trocas, muito mais do que a alocação dos recursos escassos dos indivíduos, visto que, sem a presença de outros agentes, inexistiria mercado; as decisões econômicas seriam egocêntricas e, para o Direito, irrelevantes. As teorias da economia de mercado, portanto, dizem respeito às liberdades individuais no âmbito de uma comunidade, em que o valor dos significados da riqueza está definido pelo processo de interação entre eles. (SADDI; PINHEIRO, 2005, p.15).

O utilitarismo se apresenta como a base do liberalismo, naturalmente com nuances diferenciadas por seus propósitos. Os liberais tendem a combinar o espírito cívico com o interesse individual, enquanto os utilitaristas preservam o interesse individual associado ao bem comum, traduzido por uma busca da felicidade pessoal.

---

<sup>9</sup> O crédito é o resultado da poupança feita por alguns, que a transferem a outros, permitindo-lhes adquirir poder de compra atual e satisfazer suas necessidades de consumo. Ao reunir as trocas, mercadorias e serviços que de outro modo só viriam a ser produzidos no futuro, a moeda materializa as relações comerciais. Mas somente pela Lei é que se organizam os vários mercados financeiros que transacionam essa mesma moeda e crédito. (SADDI, 1997, p.39).

Para asseverar este raciocínio, verifica-se que, “enquanto os utilitaristas se referem ao bem-estar, os liberais estão a serviço da razão”. (TOURAINÉ, 1996, p.122-123). Estimulam a independência da gestão pública e protegem as liberdades ao reforçar as instituições. Não menos relevante, mas que não pode ser melhor examinado neste momento, é o embate entre o capitalismo democrático (praticado em conjugação com a democracia, como em quase todos os países atuais) e o capitalismo autoritário (que convive com um regime ditatorial de governo ou, ao menos, com algum regime menos estável quanto às ideias e aos procedimentos democráticos, tal o exemplo da China):

É preciso aceitar a ideia de que a democracia corre um grande risco nos países onde o Estado comanda diretamente a economia. “A economia de mercado é realmente uma condição necessária para a existência da democracia porque limita o poder do Estado”. (TOURAINÉ, 1996, p.212).

Essa múltipla participação, enquanto estadistas, capitalistas, empresários, consumidores e cidadãos de uma democracia ao mesmo tempo, precisa, inicialmente, ser compreendida e absolvida por toda a sociedade, para, só então, decidir-se qual dos lados deve predominar, sempre pensando em um segundo plano.

O dinheiro das grandes empresas financia as eleições, faz vencer e perder candidatos e, em troca de “favores” políticos, tem-se a ingerência no conteúdo das leis aprovadas, a inibição na aprovação de leis desfavoráveis, a catalisação da aprovação de leis favoráveis, a indicação de diretores das agências de regulação econômica, a indicação do alto escalão dos órgãos cuja pasta envolve a economia diretamente, como o Ministério da Fazenda, a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central. Não apenas, pois “dinheiro chama dinheiro e a melhor maneira de enriquecer num país capitalista é ser rico”. O erro de Marx foi querer submeter a economia à moral, não de fora com o objetivo de criar um sistema econômico intrinsecamente justo, porque livre da exploração do homem pelo homem (o comunismo). Era querer erigir a moral em economia”. (COMTE-SPONVILLE, 2011, p.86).

De estilo maquiavélico, políticos, já previamente acordados com os empresários, criticam publicamente certas posturas, mas nada alteram na legislação. Nesse contexto,

o *supercapitalismo*, como se escreveu, fez surgir novos concorrentes, em condições semelhantes para tomar determinadas fatias do mercado, que, tempos atrás, eram repartidas por duas ou três empresas.

É patente que as corporações, por terem perdido espaço econômico, voltaram-se para o setor político, influenciando e/ou determinando a elaboração das leis e regulamentos. Nessa lógica aparentemente simplória se resume um dos mais consideráveis avanços da democracia.

Norberto Bobbio alerta para a necessidade de, finalmente, se tentar uma teoria sobre isso, a qual denomina de “subgoverno”, onde o Estado assumiu a tarefa de governar a economia, a classe política exerce o poder não mais apenas através das formas tradicionais da lei, do decreto legislativo, dos vários tipos de atos administrativos, mas também através da gestão dos grandes centros de poder econômico (bancos, indústrias estatais, indústrias subvencionadas etc.), da qual acima de tudo extrai os meios de subsistência dos aparatos dos partidos, dos aparatos dos quais por sua vez extrai, através das eleições, a própria legitimação para governar.

Diferentemente do Poder Legislativo e do Poder Executivo tradicional, “o governo da economia pertence em grande parte à esfera do poder invisível, na medida em que se subtrai (se não formalmente, ao menos substancialmente) ao controle democrático e ao controle jurisdicional”. (BOBBIO, 2006, p. 117-118).

A reforma legislativa comprometida com os interesses sociais, genuinamente interessada em diluir os problemas da democracia, somente ocorrerá se e quando a maioria dos cidadãos o exigir. Mas como? A mídia, nesse processo, deve ser transformada, também. A responsabilidade e a ética na informação são fundamentais. Como na sociedade de massas, a opinião pública tornou-se o editorial do grande jornal, faz-se imprescindível que o grande jornal canalize, honestamente, o anseio cidadão. Além disso, não se deve antropomorfizar as empresas e o mercado.

## CONCLUSÃO

A Teoria da Complexidade (Edward Lorenz), haurida da Física, aplicada à economia, demonstrou, matematicamente, que sucessões de irrelevantes atos econômicos podem redundar em maremotos financeiros. Com esse paradigma, merece destaque também a denominada Teoria do Caos (PRIGOGINE, 2002), pela qual o funcionamento dos sistemas dinâmicos e complexos que são condicionados por fatores ou variáveis instáveis e se apresentam seus resultados pelas ações e interações aleatórias

dos elementos formadores destes sistemas. (PRIGOGINE, 1997).

Com esse paradigma assentado, a economia compreendeu que a participação de um ator econômico, por menor monta que tivesse, representaria propulsão geral das riquezas circulantes ou, em termos vulgares, o bolo econômico cresceria à medida que todos os nichos comerciais se aglutinassem. E então, como num holograma, um ponto isolado passou a não representar quase nada, mas a união dos mesmos seria uma condição essencial à formação do todo.

Ainda na década de 20, mais precisamente 1925, o biólogo austríaco Karl Ludwig von Bertalanffy (1975) traçou os primeiros enunciados do que viria a ser a teoria geral dos sistemas. Nesse contexto, afirmava que um sistema representa um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e desempenham uma determinada função (OLIVEIRA, 2009, p. 35) ou ainda pode representar uma interdependência de elementos que interagem entre si, permanecendo em plena comunicação as partes e o todo respectivos.

Por meio desta abordagem multifocal, apresenta-se a teoria geral dos sistemas (TGS) como uma contribuição abstrata fenomenológica, a qual engloba princípios comuns tendo como foco as entidades complexas. De outra maneira, a modificação periódica – seja aquém ou além – de quase todos os preços de produtos, a extrema facilidade em adquirir bens, o crescimento na rentabilidade dos investimentos, a disponibilidade de crédito no mercado e a produção recorde, gerando mais empregos, são acontecimentos que conclamam o perfil investidor e consumidor.

Resta, nesse entrevero, saber se há disposição da silhueta consumerista em suportar aquela falta de proteção às comunidades, à moralidade e ao meio ambiente, pois são preços e custos, também, embutidos nas transações que se realizam cotidianamente.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

- BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CAMINHA, Uinie. **Securitização**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CARDOSO, Fernanda; LIMA, Gilberto Tadeu. **A visão de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo**. Disponível em <<http://ideas.repec.org/p/anp/en2005/007.html>>. Acesso em 15 fev. 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- COASE, Ronald H. **The firm, the market and the Law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- COMTE-SPONVILLE, André. **O capitalismo é moral?** Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio; MAGLIANO FILHO, Raimundo. A bolsa de valores como sistema de poder. **Revista de Direito Econômico**, Brasília, v. 6, n. 14, p. 07-20, maio/ago.,1992.
- FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.
- HELD, David. MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. São Paulo: Unesp, 1997.
- PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo: Unesp, 2002.
- REICH, Robert B. **Supercapitalismo**. Como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.
- SADDI, Jairo. **O poder e o cofre: repensando o Banco Central**. São Paulo: Textonovo, 1997.
- SADDI, Jairo; PINHEIRO, Armando Castelar. **Direito, Economia e Mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- SANDEL, Michael. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Trad. Clovis Marques. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.
- TALEB, Nassim Nicholas. **A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável**. 6. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

TOURAINÉ, Alan. **O que é a democracia?** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira.  
2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.